

A “URBANIZAÇÃO” DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SUSTENTAÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: PERCEPÇÕES DE UMA COMUNIDADE RURAL

Ana Cristina Venturoti Folador - Faculdades Integradas Norte Capixaba

Marcos da Cunha Teixeira - Faculdades Integradas Norte Capixaba

INTRODUÇÃO

Uma diversidade de valores e atividades até então consideradas típicas da vida urbana passam cada vez mais a fazer parte do cotidiano rural. Esse processo tem gerado uma sensação (e muitas vezes uma angústia) de que o campo tem se urbanizado e está passando por um processo de descaracterização cuja consequência é a desvalorização da cultura camponesa. Nas comunidades rurais de Jaguaré-ES esse processo pode ser responsável por impactos ainda mais relevantes, pois a valorização da cultura camponesa é considerada o pilar da proposta educacional, com base na Pedagogia da Alternância.

Em meio ao processo de “urbanização” do campo, algumas questões têm permeado as discussões entre professores, agricultores, pesquisadores e demais atores envolvidos no processo educacional com base na Pedagogia da Alternância da Escola Comunitária Rural Municipal de Giral: Até que ponto essa aparente “urbanização” do campo interfere na vida dos camponeses? A crise de identidade do meio rural e suas relações com o urbano têm afetado a atuação da Pedagogia da Alternância? Será que a Pedagogia da Alternância dentro do atual contexto político e social consegue resolver isso? A “urbanização” do campo realmente tem sido responsável pelo enfraquecimento da Pedagogia da Alternância?

A proposta desse trabalho foi refletir sobre as influências do ambiente urbano na vida do campo e suas implicações para a sustentação da Pedagogia da Alternância com base na percepção dos agricultores e professores da Escola Comunitária Rural Municipal de Giral em Jaguaré-ES.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o que sempre delimitou o rural e o urbano foram as atividades que são desenvolvidas nesses espaços. O rural sempre foi visto como o responsável pelas atividades primárias, ou seja, a agricultura e a pecuária e também como lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Por sua vez o “camponês foi estereotipado pela ideologia dominante como fraco e atrasado, como Jeca Tatu que precisa ser redimido pela” modernidade “, para se integrar à totalidade do sistema social: o mercado” (MOLINA, 2004, p. 31). Nesse sentido, nunca foram pensadas políticas públicas para o camponês e o campo se desenvolverem. A educação, que tem um papel relevante neste contexto, sempre foi direcionada para a realidade urbana, não levando em consideração as reais necessidades que o

espaço rural necessita, ou seja, a educação sempre foi pensada para o campo e não como educação do campo.

O espaço urbano por sua vez sempre foi visto como o espaço onde se desenvolvem as atividades ligadas à produção industrial, do desenvolvimento, de brilho de encantamento. Nesse sentido, poder-se-ia dizer, que é a partir disso que começa a dicotomia campo/cidade.

De acordo com Queiroz, (1973 *apud* PORTO1994 , p. 46).

[...] no Brasil, a cisão entre o rural e o urbano começou a desenvolver-se a partir de 1820 no Rio de Janeiro, com a adoção de um gênero de vida burguês, antes de haver um verdadeiro processo de industrialização, diferenciando a população urbana segundo níveis econômicos e culturais, as camadas superiores adotando como sinal distintivo o requinte e o arremedo da cultura intelectual européia. E a vida na cidade, por sua vez, começou a distanciar-se cada vez mais da do campo, não importando a camada social a que seu habitante pertencesse.

Com o passar do tempo a dicotomia campo/cidade tem se alterado. Para Graziano, *apud* Carneiro, (2001), rural/urbano hoje fazem parte de um mesmo contínuo, onde não se consegue mais delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais, pois o campo está passando por grandes transformações, onde não cabe mais a cisão rural/urbano.

Do ponto de vista espacial, o rural hoje é uma continuidade do urbano. Do ponto de vista da forma como se organiza economicamente, as cidades não podem apenas ser identificadas como o espaço onde se desenvolvem as atividades industriais, e nem o campo como o espaço onde apenas se praticam atividades ligadas à agricultura e a pecuária.

Para Graziano, o campo a cada dia que passa, vem incorporando atividades que até então só eram desenvolvidas naqueles espaços considerados urbanos. Locais que antes eram desenvolvidas atividades predominantemente agrícolas, hoje já não são essas atividades que predominam, pois é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo com atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculado diretamente ao processo de produção agropecuária. Dessa forma, o campo brasileiro estaria passando por processo de urbanização por meio da industrialização dos processos produtivos rurais e pela presença de atividades urbanas na realidade rural. Porém, outros pesquisadores discordam dessa situação, como por exemplo Da Veiga.

Da Veiga, discorda de Graziano, pois, para ele, quem prega a urbanização do campo, não se dá conta de que está legitimando a desvalorização do meio rural. Em seu ponto de vista, a avassaladora urbanização do Brasil é um mito, decorrente do critério de classificação territorial utilizado, que

considera urbana toda sede de município (cidade) e de distritos (vila), independente de suas características geográficas. Essa classificação não leva em consideração um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades que é a densidade demográfica. Ele considera essa forma de classificação um grande disparate, pois esta faz do Pantanal a região mais urbanizada do País (2001,2003). Acredita-se que esse critério de classificação seja, em parte, responsável por um dos maiores obstáculos à renovação das idéias sobre o desenvolvimento da sociedade rural brasileira, pois aumenta a dicotomia entre o meio rural e urbano, além de provocar distorções na visão da realidade socioeconômica e, o que é mais grave, inadequação das políticas públicas dirigidas à população rural, políticas essas que sempre foram pensadas a partir da realidade urbana.

Para Peixoto, (2002, p.13), se fosse aplicado outras formas de classificação, a exemplo daquelas que contam as pessoas que moram em povoados em meio ao campo como pertencentes ao meio rural – e não urbano como propõe a atual classificação – o índice de brasileiros do meio rural, que hoje se encontra em torno de 20% se apresentaria em torno de 40%. A atual classificação usada vem desde a época de Getúlio Vargas, sendo diferente daquela empregada nos países desenvolvidos. Nestes países, principalmente europeus, os povoados em meio ao campo têm sua população classificada como pertencentes ao meio rural, já que as atividades econômicas ali desenvolvidas estão ligadas às atividades agrárias, sendo essa uma fórmula bastante eficaz de distinguir as populações quanto a ruralidade ou a urbanidade. Nesse sentido, não se pode pensar no rural tendo por base só as atividades agropecuárias, mas sim a realidade geral próxima ao espaço de cada comunidade.

Para Alentejano o campo está passando por transformações significativas, mas não no ritmo que é colocado por Graziano, o que fica evidente quando afirma que,

O entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por transformações radicais que estão conferindo a este uma nova fisionomia parece-nos um tanto exagerado. Seria incorreto dizer que não se verificam transformações importantes e significativas no campo brasileiro, mas o realce que lhes é dado, nos últimos tempos atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta, não julgamos que corresponda exatamente à realidade” (ALANTEJANO, 2001, p. 9).

É importante observar outros aspectos no que se refere a essa afirmação. Não são levadas em consideração as especificidades do campo com relação ao processo histórico do mesmo, pois se fizer uma análise na história da organização do campo e da cidade, no campo sempre esteve presente atividade industrial o que não é uma novidade. Segundo Alentejano (2001, p. 10), essa visão pode ser prejudicial para o campo, pois pode dificultar a criação de políticas públicas, pois afinal, o rural está sendo sepultado pela expansão do urbano. Esse sepultamento pode se apresentar em diversos aspectos da vida da comunidade. Porém, seus impactos são fortemente sentidos no processo educacional visto a fragilidade do jovem diante da avalanche de ofertas do mundo urbano. Assim, pensar uma educação para o jovem do campo é reafirmar a luta por uma vida digna e legítima

por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Neste sentido, Caldart (2002 p. 14) afirma que

faz-se necessário a observação de alguns elementos que são fundamentais na construção de um Projeto Político Pedagógico da educação do campo, como a identidade de seus sujeitos, de sua cultura, do trabalho das lutas sociais e do modo de vida dos camponeses.

Miguel Arroyo (2002, p. 11), também faz uma reflexão interessante neste sentido quando afirma que

[...] o reconhecimento da educação do campo como política pública implica no reconhecimento das potencialidades de desenvolvimento do campo, construído a partir da lutas camponesa, com toda a sua especificidade, singularidade, mas também com sua diversidade.

A Pedagogia da Alternância foi pensada a partir dessa necessidade, visando, em primeiro lugar, valorizar o camponês, o trabalho agrícola, o jovem enquanto sujeito. No entanto, ao longo de sua existência, a Pedagogia da Alternância, assim como o meio rural, vem sofrendo algumas mudanças tanto no que se refere aos aspectos sociais como culturais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada junto aos professores da Escola Comunitária Rural Municipal de ¹Giral e com dez famílias de agricultores do raio de ação da escola. A opção pelos professores deu-se pelo fato de todos atuarem na Pedagogia da Alternância e residirem, em sua maioria, no meio rural, sendo que seis são pequenos proprietários de terra e dois não possuem terra. Dos professores pesquisados, um deles, além de ter sido aluno da Pedagogia da Alternância, esteve presente na implantação da Escola Comunitária e sempre atuou como professora. Os demais também são ex-alunos desse sistema de ensino. Os agricultores locais fazem parte do processo educativo da Pedagogia da Alternância desde a sua implantação e têm compreensão acerca deste processo, sendo que cinco deles atualmente são pais de alunos e pequenos proprietários de terra. Um outro critério adotado para escolha da amostra pesquisada, principalmente os agricultores, é que estes foram alunos da Pedagogia da Alternância no período de implantação da mesma no município.

Entrevistou-se ainda três pesquisadores que já haviam desenvolvido estudos voltados para a Pedagogia da Alternância, pois no decorrer do trabalho sentiu-se a necessidade de verificar qual é a visão que estes pesquisadores têm atualmente acerca da Pedagogia da Alternância, bem como se esta está cumprindo com o seu papel e as principais mudanças ocorridas ao longo dos anos de existência deste projeto no município.

A coleta de dados foi realizada através de enquete com questões abertas e fechadas, observação direta sobre o espaço rural, uma vez que a pesquisadora conhece a região e atua como professora

¹ Registro do nome da escola feito em cartório.

há 6 anos na Escola Comunitária do Giral, o que facilitou o contato com os entrevistados no momento da pesquisa.

Para os professores, foi entregue o questionário com um prazo estabelecido para devolução e os mesmos responderam individualmente. Com os agricultores teve-se a preocupação de marcar com antecedência o dia e horário para a realização das entrevistas. Neste caso, a pesquisadora realizou a entrevista pessoalmente, sendo que estas foram gravadas. Devido ao conhecimento prévio da pesquisadora sobre os agricultores locais, em alguns casos não foi utilizado o gravador, pois se entendeu que este poderia inibir o desenrolar da entrevista, e comprometer a coleta dos dados. Neste sentido, a pesquisadora optou por fazer anotações das respostas dos agricultores uma vez que os mesmos se sentiram mais à vontade.

Por fim, realizou-se a pesquisa bibliográfica através de leituras de livros, artigos, dissertações, monografias e teses, dos quais foram feitas análises, fichamentos, sínteses e pareceres da pesquisadora.

RESULTADOS

Para 90% dos agricultores entrevistados, Jaguaré é município rural, pois a maioria das pessoas que vivem no campo tem propriedade, mesmo os que moram na sede desenvolve atividades ligadas à agricultura. Existe também um grande número de pessoas que, mesmo morando na sede, trabalham no campo, principalmente na época da colheita, são os bóia-frias. E também porque a base econômica do município está voltada para a produção agrícola, com o predomínio da cultura do café e pimenta-do-reino, seguida das culturas de coco, maracujá e mamão. Mesmo com o surgimento do petróleo, o que sustenta a economia é a agricultura. O estilo de vida é rural, não possui grandes indústrias, há uma ligação muito grande das pessoas com o campo, porque sua origem é rural. Neste sentido, é a produção agrícola que movimenta toda a economia do município. Também para todos os professores Jaguaré é rural, exatamente pelos mesmos motivos que os agricultores mencionaram anteriormente, porém, afirmam que o ritmo de vida das pessoas já apresenta características urbanas como os hábitos alimentares, o modo de vestir e o divertimento.

Os hábitos e costumes considerados urbanos estiveram presentes nas falas de praticamente todos os entrevistados como uma das causas da descaracterização da Pedagogia da Alternância na Escola Comunitária Rural Municipal do Giral. Esses hábitos foram se infiltrando dentro da família rural e também dentro da escola, pois o meio rural não está isolado de todo o contexto do país. Hoje praticamente todas as famílias que vivem no meio rural tem uma televisão dentro de casa que mostra tudo sobre o mundo lá fora. Percebe-se também que a família não dedica tempo para sentar e dialogar com os filhos e isso é muito prejudicial, tanto na relação pais e filhos como na alternância.

Uma das conseqüências desses fatores é a descrença do jovem da comunidade do Jiral na vida no campo. Acredita-se que o jovem não vê possibilidades no campo porque falta política voltada para o meio rural. É visível a postura imediatista diante do desejo pela independência financeira, pois no campo o dinheiro só chega em época de colheita, e geralmente quem gerencia é o pai. Esses ideais são alimentados pela televisão que está presente na vida do jovem e este, pelo fato de estar em processo de construção de sua identidade, ilude-se com muita facilidade diante das possibilidades de uma vida mais fácil, de uma vida melhor e para isso tem que ter um emprego e que só será possível se estiver vivendo na cidade. O jovem não percebe o quanto a TV contribui para a negação de sua cultura, para a perda de sua identidade, pois para a mídia o campo não existe. Assim, o jovem tem vergonha de dizer que é um agricultor, não acredita no seu trabalho. Obviamente, essa negação à cultura camponesa tem reflexo direto na Pedagogia da Alternância, cuja essência é a educação do jovem para a valorização da cultura camponesa.

Constatou-se que o agricultor tem consciência das transformações que vêm ocorrendo no campo, pois percebe que não é mais o mesmo rural de antes. Observa-se nas pessoas comportamentos e atitudes idênticas àquelas que vivem na cidade, além do aumento do consumo de produtos provenientes do mercado devido a diminuição no cultivo de culturas para o auto sustento. Esse é um aspecto que preocupa o agricultor que não nega os benefícios conseqüentes do avanço da tecnologia, ao contrário, acredita que o campo também tem direito de ser reconhecido e valorizado pelo seu potencial e importância para o desenvolvimento do país. Assim, estão seguros quanto ao desejo da permanência no campo e defendem uma escola que reafirme sua cultura e seu desejo, não querem que seus filhos saiam para estudar na cidade, querem continuar rurais e perpetuarem os valores do campo. No entanto, esse apego à vida no campo não significa abster-se do “conforto” que acreditam que o urbano oferece, como acesso aos serviços de saúde, bancários e outros.

Para os professores, as modificações sofridas no projeto inicial da Pedagogia da Alternância, especialmente da Escola Comunitária do Jiral, se deve também ao fato de todo o país está passando por um processo de grandes transições sociais, econômicas e políticas. Somos refém de um sistema neoliberal que destruiu o sentido da família, incentivou o individualismo, desestimulou a participação comunitária, deu ênfase ao estilo de vida urbano e tudo isso refletiu dentro da escola. Neste sentido, as famílias querem uma escola voltada para a sua realidade, mas pouco se envolvem com ela, não visitam, não cobram do aluno e do monitor, pois acham que a escola é do professor e não da própria família.

Diretamente ligada aos fatores acima está a constatação de todos os grupos de entrevistados de que a Pedagogia da Alternância não tem cumprido satisfatoriamente o seu papel. Para alguns sobressaem apenas as reflexões de forma muito superficial acerca de algumas questões vivenciadas no meio rural hoje como, por exemplo, a cultura do camponês, o lazer, a religião, o trabalho do dia-a-dia na propriedade, o processo de produção que ele desenvolve com seus filhos, com a família e a comercialização de seus produtos. Acredita-se que isso é muito pouco, pois o seu verdadeiro papel é

fazer o movimento na realidade, mudar de fato a realidade. A Pedagogia da Alternância está dentro de um contexto mais amplo que também tem se modificado muito ultimamente por causa de um projeto maior que está presente na nossa realidade que é a globalização da economia que envolve todo o processo do neoliberalismo, que sem dúvida emperra alguns aspectos da Pedagogia da Alternância que quando ela nasceu não existia.

Diante desse contexto, como fica a educação do campo? Se concordarmos com Graziano quando diz que o campo tende a desaparecer, como fica a Pedagogia da Alternância, pois um de seus princípios é manter o homem no campo e favorecer o desenvolvimento do meio. Educar para quê? Com que finalidade? Como fazer? Que campo é esse? Só o da agricultura e da pecuária ou o campo tem outras necessidades? Os princípios da Pedagogia da Alternância resolve sozinha essa realidade que está sendo posta? O enfraquecimento da Pedagogia da Alternância hoje é a nova dinâmica do campo, a “urbanização”, ou existem outros fatores que interferem? Como educar para o campo e para os valores do campo, se o jovem do campo está encantado com as coisas da cidade?

Na pesquisa de campo foi possível perceber que de acordo com as falas dos entrevistados, principalmente os agricultores e professores, a Pedagogia Alternância está perdendo suas características, sua essência, já não responde mais a contento. Acredita-se que esse enfraquecimento não aconteceu de uma hora para a outra. Fazendo uma análise na história política, social e religiosa do município de Jaguaré, percebe-se que os mesmos segmentos que deixaram suas marcas na história, com o passar do tempo foram perdendo as forças, pois passaram a acreditar que sua luta estava sendo em vão. E isso refletiu diretamente no âmbito da Escola Comunitária, uma vez que esse movimento foi criado a partir das lutas populares.

Até a criação da Escola Comunitária havia união. As pessoas, tinham os mesmos ideais, almejavam uma escola diferenciada. No entanto, o grupo que estava presente em todos os momentos de discussão e tomada de decisões já não comungava mais as mesmas idéias. Começam a divergir entre si, especialmente entre os participantes do Movimento de Ação Política e do Partido dos Trabalhadores. O prefeito da época não conseguia entender que o Movimento de Ação Política não era um partido político e não queria tomar o poder. Afinal, o que o movimento pretendia era dar continuidade ao trabalho de base que já vinha sendo realizado nas comunidades e fortalecer a administração (MOREIRA, 2000, p. 116), As pessoas que até então estavam presentes nesses movimentos sentiram-se desestimuladas e de lá para cá percebe-se que não houve a preocupação de formar novas lideranças, pessoas, que como eles, traziam no sangue o desejo de lutar, de reivindicar. Passou-se a pensar no individualismo e a luta pelo poder passa a ser um dos principais motivos de conflitos e, conseqüentemente, de divisões. Também a igreja que desempenhou um papel fundamental na criação da Pedagogia da Alternância em Jaguaré começa a ser só igreja, se afasta dos movimentos populares, deixa de ser a igreja no mundo, e deixa de assumir seu papel social também fora dela.

O agricultor acredita que é através da retomada de algumas forças/segmentos que estiveram envolvidos com a Pedagogia da Alternância desde sua criação para que seus princípios sejam mantidos realmente, e isso deve ser buscado de forma coletiva, principalmente com aquelas pessoas que acreditam de verdade, pois essa, segundo o agricultor, é a educação que querem para o campo. Assim, a Pedagogia da Alternância tem sentido a partir do momento que todos os atores envolvidos se dispuserem a discutir e tornarem-se protagonistas desse processo.

REFERÊNCIAS

ALANTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro**, Terra Livre, São Paulo, n.15, p. 87-112, 2000.

Disponível em:

<http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra-livre/alantejano.html>. Acesso em:30 mai.2002

ARROYO,Miguel Gonzáles; CALDARTE, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação do Campo** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO,Miguel Gonzalez; Fernandes, Bernardo Mansano. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, 1999.

BEGNAMI, João Batista. et al. **Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável** : In UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil pág. 107, Brasília, 2002.

BONOMO Anita. **O Processo de Evolução Tecnológico na Vida do Jovem Rural. Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. Instituto Humanitas, São Leopoldo, 2003.

CALIARI, Rogério Omar, **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Lavras Minas Gerais – Brasil 2002.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: **Novas Identidades em Construção**.

Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbzeze.html>, Acesso em:16 mar. 2001.

CRUZ, Nelbi Alves. (RE) **Significando a relação pais- monitores no cotidiano da Escola Comunitária Rural Municipal de Jaguaré** – Espírito Santo. 2004. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória

MOREIRA, Flavio. **Formação e práxis dos professores em escolas comunitárias rurais: por uma pedagogia da alternância**. 2000. 284f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação e Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

MOREIRA, Flavio; GEGNAMI, João Batista. **Formação Integral para o Educador Rural: A Alternância como processo. Os Fundamentos da Pedagogia da Alternância**. Piuma: 1996. Monografia (Especialista em Educação) MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Por uma Educação do Campo: Contribuição para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Peres: Brasília, 2004.

PEIXOTO, Eugênio Conolly : **O Desenvolvimento Sustentável e a Educação do Ponto de Vista do Movimento Sindical**. In CONGRESSO e VIII ASSEMBLEIA GERAL – UNEFAB, I. 2002, Brasília. “Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Campo”. Brasília: UNEFAB, 2002. p.13.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1999.

PORTO, Maria do Rosário Silveira . **Escola rural: Cultura e imaginário.** 1994. 198f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1994.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. et al. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento** 2. ed. Brasília: FIPE, 2001.